

**JAQUELINE FONSECA RODRIGUES
(ORGANIZADORA)**

ELEMENTOS DA ECONOMIA 2

Jaqueline Fonseca Rodrigues

(Organizadora)

Elementos da Economia 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E38	Elementos da economia 2 / Organizadora Jaqueline Fonseca Rodrigues. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Elementos da Economia; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-319-4 DOI 10.22533/at.ed.194191405 1. Economia. 2. Economia – Política e governo. I. Rodrigues, Jaqueline Fonseca. II. Série. CDD 330.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A edição do volume 1 – **Elementos da Economia 2** traz em sua essência o entendimento da economia e a familiarização com os termos envolvidos na área de economia.

Pode-se enfatizar que a **Economia** faz parte das ciências sociais que estudam fenômenos que ocorrem na esfera da estrutura econômica, ou em outras esferas que terminam por afetar a estrutura econômica.

A economia é considerada uma **ciência social** porque a **ciência social** estuda a organização e o funcionamento das sociedades assim, pode-se dizer que a **Ciências Econômicas** ocupam-se do comportamento humano, e estudam como as pessoas e as organizações na sociedade se empenham na produção, troca e consumo dos bens e serviços.

O surgimento de “**falhas de mercado**” pode ocorrer devido ao fato de os agentes econômicos envolvidos não contabilizarem os impactos sociais das escolhas econômicas efetuadas, normalmente derivadas de decisões políticas provenientes de estudos econômicos. Através do vasto estudo econômico as políticas micro e macroeconômicas tendem a inserirem outras partes do complexo contexto social, os quais não foram inseridos em momentos decisórios da formulação e aplicação de estas.

Nota-se a elevada importância da inclusão de temas que englobem aspectos sociais e setor público, visando a constituição de uma sociedade que possa promover justiça, igualdade, que seja bem-sucedida e desta maneira, organizada.

Conforme os contextos exibidos, o objetivo deste livro é a condensação de formidáveis pesquisas envolvendo a esfera social e o setor público de modo conjunto através de instrumentos que os estudos econômicos propiciam.

O principal destaque dos artigos é uma abordagem de Elementos da Economia, através da apresentação de sistemas de informação em saúde, agricultura familiar, acordos comerciais, análises financeiras, mercado de trabalho, os quais destacam as aplicações práticas e metodológicas, além da contribuição para que se interprete as relações econômicas, sociais e de cunho político.

A preferência pela escolha efetuada inclui as mais diversas regiões do país e aborda tanto questões de regionalidade quanto fatores de desigualdade promovidas pelo setor econômico brasileiro.

Necessita-se destacar que os locais escolhidos para as pesquisas exibidas, são os mais variados, o que promove uma ótica diferenciada na visão da ciência econômica, ampliando os conhecimentos acerca dos assuntos apresentados. A relevância ainda se estende na abordagem de proposições inerentes ao Desenvolvimento Regional e Territorial; Gestão da Produção e Inovação, envolvendo Agroecologia, apresentando questões relativas à sociedade e ao setor público.

Enfim, esta coletânea visa colaborar imensamente com os estudos Econômicos,

Sociais e de Políticas Públicas, referentes ao já destacado acima.

Não resta dúvidas que o leitor terá em mãos respeitáveis referenciais para pesquisas, estudos e identificação de cenários econômicos através de autores de renome na área científica, que podem contribuir com o tema. Além disso, poderá identificar esses conceitos em situações cotidianas e num contexto profissional.

Jaqueline Fonseca Rodrigues
Mestre em Engenharia de Produção pelo PPGEP/UTFPR

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INTEROPERABILIDADE DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE COMO PROPOSTA DE INOVAÇÃO EM SAÚDE	
Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes Rosana Alves de Melo Saulo Bezerra Xavier Ana Lúgia Passos Meira Jobson Maurilio Alves dos Santos Maria Grasiela Alves de Figueiredo Lima Roseane da Silva Lemos	
DOI 10.22533/at.ed.1941914051	
CAPÍTULO 2	9
A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DAS CIDADES DE PETROLINA-PE E JUAZEIRO-BA ACERCA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO VALE DO SÃO FRANCISCO	
Murilo Campos Rocha Lima Renata Marques de Menezes Mota Fernanda Quintanilha da Silva Andréia Cipriano de Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.1941914052	
CAPÍTULO 3	24
ANÁLISE DOS IMPACTOS ECONÔMICOS NAS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS DOS ACORDOS DE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL ENTRE BRASIL E CHINA	
Angélica Pott de Medeiros Daniel Arruda Coronel Reisoli Bender Filho	
DOI 10.22533/at.ed.1941914053	
CAPÍTULO 4	36
ANÁLISE FINANCEIRA E ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE CATALÃO-GO: UM ESTUDO DE CASO	
Márcio do Carmo Boareto Euclides Fernandes dos Reis Vanessa Bitencourth dos Santos Sara da Costa Fernandes Vagner Rosalem	
DOI 10.22533/at.ed.1941914054	
CAPÍTULO 5	44\
CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DA AGROINDÚSTRIA BRASILEIRA NOS ANOS 2006 A 2015	
Bruna Costa de Paula Adriana Estela Sanjuan Montebello	
DOI 10.22533/at.ed.1941914055	

CAPÍTULO 6	61
COMÉRCIO EXTERIOR E POLÍTICA COMERCIAL NO BRASIL: REFLEXÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS ACERCA DA INSERÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA	
Tobias de Paula Lima Souza Lucas Ayres Costa	
DOI 10.22533/at.ed.1941914056	
CAPÍTULO 7	84
COMPETITIVIDADE DO SETOR AUTOMOBILÍSTICO BRASILEIRO NO MERCOSUL	
Patricia Kischner Cristiane Ivete Bugs Vione Andressa Neis Luana Rigo	
DOI 10.22533/at.ed.1941914057	
CAPÍTULO 8	96
DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE PARA A REGIÃO SUL- FRONTEIRA NO PERÍODO DE 2000 A 2010	
Natalia Bogado Balbuena Vinícius Vasconcelos Braga Yhulds Giovani Pereira Bueno	
DOI 10.22533/at.ed.1941914058	
CAPÍTULO 9	109
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: ANÁLISE DA HETEROGENEIDADE SOCIOECONÔMICA NO TERRITÓRIO DAS ÁGUAS EMENDADAS	
Karina Palmieri de Almeida Clesio Marcelino de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.1941914059	
CAPÍTULO 10	123
DINÂMICA DAS COMPRAS PÚBLICAS PARA O PNAE DIRETAMENTE DO AGRICULTOR FAMILIAR: ESTUDO DE CASO EM MUNICÍPIOS DA PARAÍBA	
Jucimar Casimiro de Andrade Fernando Salvino da Silva Larissa Petrusk Santos Silva Rodolfo Donizeti C. de Albuquerque Rocha Robson José Silva Santana	
DOI 10.22533/at.ed.19419140510	
CAPÍTULO 11	141
EFEITO DA FINANCEIRIZAÇÃO SOBRE A PRODUTIVIDADE DO TRABALHO	
Luccas Assis Attílio	
DOI 10.22533/at.ed.19419140511	
CAPÍTULO 12	159
FINANCIAMENTO DO TRATAMENTO ONCOLÓGICO EM PERNAMBUCO: UMA ANÁLISE DOS HOSPITAIS PRIVADOS E PÚBLICOS DA REDE SUS	
Ivaldo Dantas de França Roseane da Silva Lemos Tiago Rafael de Sousa Nunes Maira Galdino da Rocha Pitta	

Moacyr Jesus Barreto de Melo Rêgo

DOI 10.22533/at.ed.19419140512

CAPÍTULO 13 168

GASTOS PÚBLICOS ESTADUAIS EM EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO

Francisco Antonio Sousa De Araujo

José Fernando Frota Cavalcante

Jose Maria Da Cunha Junior

Paulo De Melo Jorge Neto

DOI 10.22533/at.ed.19419140513

CAPÍTULO 14 185

IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO DE GESTÃO DA PRODUÇÃO DO CAFÉ POR INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Luisa Amelia Paseto

Luísa Paseto

Aloísio dos Santos Espindola

Felipe Bellodi Bellini

DOI 10.22533/at.ed.19419140514

CAPÍTULO 15 199

IMPLANTAÇÃO DOS NÚCLEOS DE ECONOMIA DA SAÚDE NOS HOSPITAIS ESTADUAIS – O CASO DE PERNAMBUCO, BRASIL, 2016

Inês Eugênia Ribeiro da Costa

Roseane da Silva Lemos

Priscila Rossany de Lira Guimarães Portella

Geraldo Eduardo Vieira de Barros Puça

Ana Claudia Callou Matos

DOI 10.22533/at.ed.19419140515

CAPÍTULO 16 209

INOVAÇÃO E MUDANÇA ESTRUTURAL NA DINÂMICA CAPITALISTA: UMA ABORDAGEM EVOLUCIONÁRIA

Flávia Félix Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.19419140516

CAPÍTULO 17 225

INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ABORDAGEM INSTITUCIONALISTA

Sivanildo José de Almeida

Ricardo Lacerda de Melo

Fernanda Esperidião

DOI 10.22533/at.ed.19419140517

CAPÍTULO 18 241

INTERFACES TEÓRICO-ANALÍTICAS ENTRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Kátia de Fátima Vilela

Alair Ferreira de Freitas

Rodney Alves Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.19419140518

CAPÍTULO 19	263
O COMERCIO E A PRODUÇÃO DE CARNE EQUINA NO BRASIL	
Brenda Alves dos Santos	
Camila Raineri	
Eleonice Aparecida dos Santos Alves	
Mahara Moreira Marquez	
DOI 10.22533/at.ed.19419140519	
CAPÍTULO 20	275
O DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO PERÍODO RECENTE: 2005 -2016	
Raquel Pereira de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.19419140520	
CAPÍTULO 21	287
O PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA COMO INOVAÇÃO PARA REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL	
Ana Lígia Passos Meira	
Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes	
Saulo Bezerra Xavier	
DOI 10.22533/at.ed.19419140521	
CAPÍTULO 22	294
POBREZA EM SUAS MULTIDIMENSÕES: UMA ANÁLISE ECONOMETRICA DA REGIÃO NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL	
Ohanna Larissa Fraga Pereira	
Caroline Lucion Puchale	
DOI 10.22533/at.ed.19419140522	
CAPÍTULO 23	307
PREVISÕES DO PREÇO DA ARROBA DO BOI GORDO: UM APLICAÇÃO DO MODELO ARIMA EM FUTUROS AGROPECUÁRIOS	
Paulo Fernando Taveira Maselli	
Sabrina Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.19419140523	
CAPÍTULO 24	318
PRINCÍPIOS AGROECOLÓGICOS E SOLIDÁRIOS NA COMUNIDADE BARRO, SERRINHA-BA: FAZENDO PESQUISA-AÇÃO COMO PROCESSO EDUCATIVO	
Edeilson Brito de Souza	
Glauciane Pereira dos Santos	
Iaçanan Carneiro de Jesus	
Carla Teresa dos Santos Marques	
Heron Ferreira Souza	
DOI 10.22533/at.ed.19419140524	
CAPÍTULO 25	332
REDUÇÃO DE CUSTOS NO SETOR DE NUTRIÇÃO DE UM HOSPITAL REGIONAL A PARTIR DA INTERVENÇÃO DO NÚCLEO DE ECONOMIA DA SAÚDE	
Bruna Maria Bezerra de Souza	
Angélica Barbosa Arruda Patriota	
Inês Eugênia Ribeiro da Costa	
Roseane da Silva Lemos	

CAPÍTULO 26 338

REGULAÇÃO E PERCEPÇÃO DA QUALIDADE E CONSUMO DO QUEIJO DE COALHO ARTESANAL NO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Girleno Costa Pereira

DOI 10.22533/at.ed.19419140526

CAPÍTULO 27 354

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA: TEMPO GASTO E NECESSIDADE NA PERCEPÇÃO DOS ENFERMEIROS

Jobson Maurilio Alves dos Santos

Flavia Emilia Cavalcante Valença Fernandes

Mayra Cavalcante do Nascimento

Milena Souza dos Santos

Palloma Lopes de Arruda

Rafaela de Oliveira Xavier

Rosana Alves de Melo

DOI 10.22533/at.ed.19419140527

CAPÍTULO 28 361

SUSTENTABILIDADE EM AGROINDÚSTRIAS: ALTERNATIVAS PARA EVITAR O DESPERDÍCIO DE RESÍDUOS AGROINDUSTRIAIS DO PEDÚNCULO DE CAJU - UMA REVISÃO DE LITERATURA

Wesley Fernandes Araújo

Lindalva de Moura Rocha

Inês Maria de Souza Araújo

Gabriela Almeida de Paula

Leanne Silva de Sousa

Matheus Fernandes Folha

Luciano Borges da Rocha Filho

Reijaner Vilanova Araújo

DOI 10.22533/at.ed.19419140528

CAPÍTULO 29 383

COMPARAÇÃO DE ORÇAMENTOS ENTRE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL CONVENCIONAIS E NÃO CONVENCIONAIS DE UM PROJETO DE RESIDÊNCIA OFERECIDO PELA COHAB DE SANTA CATARINA COM APLICAÇÃO NA REGIÃO DE RIO-MAFRA

Eduardo Francisco Pimentel

Olaf Graupmann

DOI 10.22533/at.ed.19419140529

SOBRE A ORGANIZADORA..... 397

DINÂMICA DAS COMPRAS PÚBLICAS PARA O PNAE DIRETAMENTE DO AGRICULTOR FAMILIAR: ESTUDO DE CASO EM MUNICÍPIOS DA PARAÍBA

Jucimar Casimiro de Andrade

Faculdade Maurício de Nassau (UNINASSAU)
Recife - Pernambuco

Fernando Salvino da Silva

Faculdade Maurício de Nassau (UNINASSAU)
Recife - Pernambuco

Larissa Petrusk Santos Silva

Faculdade Maurício de Nassau (UNINASSAU)
Recife - Pernambuco

Rodolfo Donizeti C. de Albuquerque Rocha

Faculdade Maurício de Nassau (UNINASSAU)
Recife - Pernambuco

Robson José Silva Santana

Faculdade Maurício de Nassau (UNINASSAU)
Recife - Pernambuco

RESUMO: O presente artigo teve como objetivo verificar como os municípios paraibanos estão aplicando os recursos repassados pelo Fundo Nacional da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Segundo a Lei nº 11.947/2009, atualmente em vigor, no mínimo 30% das aquisições pelas Administrações Públicas de gêneros alimentícios para atender o PNAE devem ser oriundos da agricultura familiar ou do empreendedor familiar rural. Assim, selecionou-se no estado da Paraíba uma amostra de 17 municípios entre os anos de 2011 a 2015. Os resultados

apontaram haver indícios de ingerência por parte dos agentes públicos municipais que executam o programa e que selecionam os agricultores a serem contemplados. Mas apesar dos problemas detectados, constatou-se que há a destinação de no mínimo 30% dos recursos do PNAE vindos do agricultor familiar para merenda escolar. Essa aquisição mostra-se irregular, intercalada por períodos com e sem aquisições.

PALAVRAS-CHAVE: Governo. Legislação. Políticas Públicas.

ABSTRACT: The objective of this article was to verify how the municipalities of Paraíba are applying the resources passed on by the National Education Fund (FNDE) to the National School Feeding Program (PNAE). According to Law No. 11,947 / 2009, currently in force, at least 30% of the purchases by the Public Administrations of foodstuffs to meet the PNAE must come from family agriculture or from the rural family entrepreneur. Thus, a sample of 17 municipalities was selected in the state of Paraíba between the years 2011 to 2015. The results indicated that there is evidence of interference by the municipal public agents who execute the program and who select the farmers to be contemplated. But despite the problems detected, it was verified that at least 30% of the PNAE's resources come from the

family farmer for school meals. This acquisition is irregular, interspersed with periods with and without acquisitions.

KEYWORDS: Government. Legislation. Public policy.

1 | INTRODUÇÃO

A discussão acerca da inserção da agricultura familiar nas economias locais vem ganhando cada vez mais espaço entre acadêmicos e gestores públicos, principalmente quando se trata de analisar a real necessidade e efetividade de determinadas políticas públicas que objetivam permitir a inserção do pequeno agricultor no mercado. Andrioli (2009) comenta que até meados de 1990 esse tipo de política não era bem definida e/ou notório; não se tinha ações direcionadas ao atendimento das necessidades particulares dos agricultores familiares.

Assim, ultimamente, percebe-se a exploração de canais mais justos e participativos na construção de uma agricultura mais solidária e economicamente sustentável, percebendo o quão importante é este segmento para o desenvolvimento do país (Guanziroli *et al.*, 2011).

No Brasil, a agricultura familiar representa uma parcela de grande importância socioeconômica, tanto para a produção de alimentos e matéria prima, como para a segurança alimentar, redistribuição de renda, manutenção e geração de empregos, e gestão dos territórios rurais. Sendo considerado um setor estratégico para o país e um dos pilares do projeto nacional de desenvolvimento. Além disso, a sua presença é ativa na maioria dos municípios brasileiros, principalmente aqueles com menos de 50 mil habitantes (CARNEIRO e MALUF, 2003).

Para Scott *et al.* (2010), a agricultura familiar opera através sistemas de produção diversificados, compostos principalmente por produtos hortifrutigranjeiros e por produtos de origem animal, destinados ao mercado interno ou ao consumo próprio. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), a agricultura familiar produz grande parte dos alimentos como: mandioca, feijão (dos tipos: preto, cor, fraldinha, *caupi* e corda), milho, leite (vaca e cabra), ovos, suínos e outros mais.

A produção familiar também é um importante fator de fixação do trabalhador no campo, o qual contribui para redução do êxodo rural (Guilhoto *et al.*, 2012). Além disso, foi responsável por criar condições de trabalho favoráveis, gerando novas oportunidades de trabalho no meio rural. Em 2006, foram contabilizados 12,32 milhões (74,4%) de pessoas empregadas no setor agropecuário, sendo 8,21 milhões (66,7%) postos de trabalho ocupados por homens e 4,1 milhões (33,3%) por mulheres (IBGE, 2016).

A partir dessa dinâmica, novas políticas foram instituídas com o intuito de garantir a comercialização da produção da agricultura familiar e promover seu desenvolvimento. Entre elas, destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PAA visa garantir a segurança alimentar

de pessoas em vulnerabilidade social através da doação de alimentos e o PNAE busca assegurar no mínimo 30% da dieta nutricional dos alunos da rede pública de ensino por meio da merenda escolar (PAIVA, 2013).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), também chamado de merenda escolar, teve sua origem no início da década de 1940, no entanto é na década de 1950 que pela primeira vez, se estrutura um PAE em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública. Após algumas versões, somente em 1979 passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar (FNDE, 2012). Em 1994, por meio da Lei nº 8.913 foi instituído a municipalização da alimentação escolar no Brasil, sendo considerada a jurisdição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), demarcando um importante passo de mudança na política. Com a municipalização, os recursos passam a ser destinados exclusivamente para a aquisição de gêneros alimentícios, o que beneficia os empreendimentos locais, agregando à política social um potencial para o desenvolvimento local.

Posteriormente, a Lei n.º 11.947 de 16 de junho de 2009 e a Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 instituíram uma nova política de Alimentação Escolar no Brasil, cujos principais pontos versam sobre a defesa do emprego da alimentação saudável e adequada, com uso de alimentos variados, seguros; inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem; apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local, preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais.

Com melhores condições de crédito e a ampliação de mercado por meio dos programas mencionados anteriormente, a agricultura familiar segue estruturada e com investimentos crescentes. Assim, foi anunciado pelo Governo Federal, o Plano Safra 2015/2016 da agricultura familiar que aborda um investimento recorde de R\$ 28,9 bilhões pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Bianchini (2015) afirma que o programa disponibilizou, num período de 20 anos, aproximadamente R\$150 bilhões em investimentos diretos para mais de 2 milhões de famílias.

Os recursos representam um aumento de 20% em relação à safra anterior. Na safra 2002/2003, o crédito disponível foi da ordem de R\$ 2,3 bilhões. O plano prevê ainda que a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com capacidade de atender em torno de 230 mil novas famílias de agricultores familiares, com foco na produção de base agroecológica, visando ainda gerar o desenvolvimento das propriedades (VELOSO *et al*, 2014)

Mesmo assim, um dos maiores problemas encontrados na dimensão do PNAE diz respeito à eficiência, à eficácia e a sua continuidade, isto é, se elas poderão representar casos concretos de políticas públicas, se são apenas programas que duram determinado período, se são apenas instrumentos sem políticas bem direcionadas ou ainda políticas com instrumentos ineficazes (ALMEIDA, 2011).

Partindo-se da introdução aqui exposta, o trabalho está fundamentado numa revisão sobre a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento econômico e social do país, onde serão abordados também, os mecanismos da licitação pública em suas modalidades, e sobre a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar ou empreendedor familiar rural com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE.

Diante disto, o presente artigo tem por objetivo, verificar como os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar estão sendo aplicados pelos municípios paraibanos selecionados.

2 | ABORDAGEM TEÓRICA

2.1 Evidências empíricas

As políticas públicas voltadas para os pequenos produtores rurais são relativamente recentes. Ao longo dos anos de 1990 ocorreu um processo de revalorização promovendo políticas voltadas para esse segmento (Tornneau e Sabourin, 2007). Pode-se entender, neste contexto, que a política pública é “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisá-la e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso das mesmas” (Souza, 2006, p. 26).

Nesse cenário, em 1996, com o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e posteriormente com a criação do Programa Fome Zero em 2003, a categoria ganhou um maior espaço no âmbito de debates do desenvolvimento rural. Ambos com o intuito de modernizar e fortalecer a agricultura familiar no Brasil, principalmente os pequenos produtores (Gómez e Favaro, 2012). Leite *et al.* (2011) assinala, porém, que “a modernização da agricultura não significa, forçosamente, extinção do pequeno, significa mais seu fortalecimento, caso ele não fique alheio ao processo de inovação [...]”

O PRONAF, de acordo com Saron e Hespanhol (2012), resulta de uma transferência de política pública; em outras palavras, trata-se de um processo onde o conhecimento sobre o tema políticas públicas de um sistema político é direcionado para criar situações de igualdade em outra realidade. Sachs (2001, p.77) comenta ainda que o Programa comporta-se como “apoio exclusivo à agricultura patronal e ao *agribusiness*, considerados como o único caminho viável de modernização para a agricultura brasileira.”

Oliveira *et al.* (2016), realizaram uma investigação cujo objetivo foi descrever as características do processo de comercialização de produtos em Ubá-MG, através dos programas PAA e PNAE, os resultados mostraram que tanto a política no tempo que os agricultores vendem e entregam a periodicidade destes programas é semelhante.

No entanto, o tempo para finalizar a quota de comercialização de produtos, pessoas com relação a outros agricultores nos programas têm características diferentes.

Fuhr & Triches (2017) estudaram qual a repercussão da aquisição de alimentos da agricultura familiar para a qualidade nutricional de refeições oferecidas pela alimentação escolar em dois municípios do estado do Paraná (município A e B). Os resultados encontrados no estudo demonstram que a aquisição de alimentos da agricultura familiar permite o planejamento de um cardápio mais adequado, influenciando positivamente na qualidade do consumo alimentar dos escolares.

Tavares (2009) realizaram um levantamento da região Noroeste do Rio Grande do Sul com o objetivo de conhecer e avaliar o PNAE. Chegaram à conclusão de que, nas escolas, o programa proporciona incentivo e desenvolvimento da pequena propriedade rural criando mecanismos para o fortalecimento dos agricultores familiares, a formação de hábitos alimentares saudáveis e o desenvolvimento local nos municípios brasileiros). Mattei e Cazella (2004) cita que, para se ter, de fato, uma inserção de cunho produtiva, mudanças de rumo devem ser feitas nas principais políticas públicas no âmbito do desenvolvimento rural.

Ortega (2008) apontaram que fatores como as deficiências na gestão pública local e a ausência de uma visão sistêmica foram alguns dos problemas mais observados na operacionalização do PNAE. Destacando que há necessidade de uma maior conscientização do poder público, principalmente sobre a burocracia, que é responsável pela má gestão do programa. Alertando que não é possível viabilizar o PNAE sem complementá-lo com uma política séria de assessoramento técnico, acesso a crédito, disponibilização de infraestrutura que possibilite uma melhor inclusão social e produtiva da agricultura familiar.

Para Sousa *et al.* (2006), as políticas públicas que abrangem a alimentação escolar gratuita ainda são pouco desenvolvidas na maioria dos países, mas é cada vez mais debatido o seu papel enquanto política alimentar, pois agregam três elementos fundamentais: o ambiente, a saúde humana e a equidade social.

2.2 Aquisições de gêneros alimentícios da agricultura familiar

Segundo dados do FNDE, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar. O PNAE teve início na década de 40, contudo foi em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, que o direito à alimentação escolar para todos os alunos do Ensino Básico foi assegurado.

Apesar de sua importância, a agricultura de base familiar enfrenta várias dificuldades. Mais de 80% dos agricultores têm baixo nível de escolaridade e 37% dos parentes do fazendeiro eram considerados analfabetos de acordo com o último Censo Agropecuário (IBGE, 2016). Este fato contribui para o uso restrito de ferramentas

gerenciais e dificuldades de acesso à inovação.

Sobre a aquisição de gêneros alimentícios pela Administração Pública Herrmann (2000, p.378) distingue dois objetivos principais nas compras de alimentos:

As compras de alimentos visam atender dois objetivos distintos na esfera pública: o primeiro é suprir os diversos órgãos da Administração Pública de gêneros alimentícios, que podem ser perecíveis (carnes, ovos, hortifrúti, etc.) ou não (arroz, feijão, farinha de trigo, óleos vegetais, café e leite em pó, entre outros). Estas compras são feitas em uma base contínua, sendo os alimentos perecíveis adquiridos mediante um contrato celebrado entre a Administração Pública e o fornecedor. [...] O segundo objetivo é de cunho social, constituindo-se nas compras de distribuição de alimentos para as populações carentes.

A contratação de gêneros alimentícios da agricultura familiar ou do empreendedor familiar rural visa a atender a esses dois objetivos distintos, uma vez que abastece as escolas públicas com alimentos provenientes diretamente do campo, desempenhando ao mesmo tempo um papel econômico e social ao incentivar o plantio e colheita de produtos que geralmente são cultivados nas próprias comunidades atendidas pelo programa.

Nesse ínterim, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (2016) afirma que a agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado.

O agricultor familiar, para participar do PNAE, deve possuir a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), podendo ser Física e/ou Jurídica, conforme a Lei da Agricultura Familiar nº 11.326/2006, e enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), organizados em grupos formais e/ou informais.

A Resolução nº 38, de 16 de junho de 2009, do FNDE, estabelece os critérios para o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no PNAE. Em seu inciso VI, trata da aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural determinando:

Art. 18, § 4º. Na análise das propostas e na aquisição, deverão ser priorizadas as propostas de grupos do município. Em não se obtendo as quantidades necessárias, estas poderão ser complementadas com propostas de grupos da região, do território rural, do estado e do país, nesta ordem de prioridade. [...] Art. 20. Os produtos da agricultura familiar e dos empreendedores familiares rurais a serem fornecidos para alimentação escolar serão gêneros alimentícios, priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos (Brasil, 2009b, p.9-10).

Essa resolução, que efetiva a participação dos agricultores familiares no programa, por meio do adequado processo de comercialização dos gêneros alimentícios. A Lei nº 11.947/2009 é um marco na história da alimentação escolar no

Brasil. Essa complementação legal atende a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, por meio do incentivo aos agricultores familiares à produção de alimentos com a garantia de mercado institucional.

Assim, a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, estabelece que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. Deve-se ainda priorizar os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. Afirmando que essas aquisições de produtos da Agricultura Familiar poderão ser realizadas por meio de Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório.

Alguns estudos, como o de Gómez e Favaro (2012) afirmam que o PNAE, após a Lei nº11.947, passou a apresentar um grande potencial para tornar-se uma política de caráter estruturante, ao abrir a possibilidade de adquirir os gêneros alimentícios de produtores locais, gerando renda e beneficiando pequenos agricultores e comerciantes, há ainda muitos desafios.

Carneiro e Maluf (2003) apontam que a Lei no 11.947/09 inovou ao obrigar a utilização de, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos recursos repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, com aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, pois tal iniciativa contribui para uma alimentação saudável e adequada, auxiliando no rendimento escolar do alunado, e contribuindo para a formação de práticas alimentares saudáveis, além de contribuir para o desenvolvimento econômico regional local, incentiva a organização, cooperação, formalização e inclusão social e econômica do homem do campo.

Os mercados institucionais representam a oportunidade do Estado tratar a alimentação com uma questão pública. Os Programas de Alimentação Escolar (PAEs) são exemplos de políticas públicas que buscam criar espaços institucionais para a comercialização de produtos oriundos da agricultura circunscrita na Nova Equação Alimentar. Além disso, o Estado, como ator principal dos mercados institucionais, assume papel relevante no processo de reeducação alimentar, quando valoriza e estimula a produção e o consumo de alimentos saudáveis – frutos de uma produção orgânica e de princípios éticos que valorizem a qualidade de vida dos produtores e consumidores de alimentos (LEITE et al., 2011).

Assim, pode-se observar que a interação entre poder o público e os agricultores familiares na aquisição de gêneros alimentícios para o PNAE vai muito além de um simples cumprimento de um dever legal, mas desempenha uma função econômica e social importante na agregação de valor aos produtos produzidos regionalmente. Para Schneide (2004), é possível observar que sua implementação pode afetar o comportamento de curto prazo dos agricultores e dos mercados agropecuários, bem como induzir mudanças de longo prazo, em fatores estruturais, como exemplos:

tecnologia, uso da terra, infraestrutura econômica e social etc.

Segundo Belik e Chaim (2009) o PNAE é um programa que promove a suplementação alimentar. Em vista da sua abrangência e alcance, a alimentação escolar desempenha um papel importante no suprimento mínimo de alimentos às populações carentes, e, portanto é um importante instrumento na garantia da segurança alimentar no Brasil. Para os autores o PNAE é considerado o maior programa de suplementação alimentar no Brasil, e atende as suas diretrizes ao incluir o agricultor familiar no mercado institucional de alimentação escolar.

3 | METODOLOGIA DA PESQUISA

Os pequenos municípios brasileiros são financeiramente bastante dependentes das transferências governamentais, como o Fundo de Participação dos Municípios - FPM e de outras formas de políticas públicas, principalmente as de transferência de renda, que praticamente sustentam as economias dessas localidades. O repasse de tais recursos auxilia na formulação de políticas de distribuição de renda e também na equalização das desigualdades socioeconômicas históricas observadas nessas localidades, principalmente como auxílio à formação de uma identidade cultural local.

Segundo o IBGE, o estado para Paraíba possui atualmente 223 municípios, desse total, e para esta pesquisa foram selecionados 17 municípios que disponibilizam suas licitações publicamente, e que destacavam como objetivo a aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar ou do empreendedor familiar rural, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Assim, metodologicamente este trabalho se caracteriza como quantitativo, e faz uso de dados secundários, considerados por Malhotra (2006) como aqueles já dispostos para consulta dos interessados para solucionar o problema da pesquisa. Nesse estudo, a seleção da amostra configura-se como não probabilística por escolha racional, uma vez que no processo de coleta de dados sobre os procedimentos licitatórios que são disponibilizados pelos municípios apresentam diferenças e distorções de informação ao longo dos anos analisados.

Logo, a escolha da amostra se deu para os municípios que especificavam com bastante clareza no ícone de licitações as aquisições por meio de chamadas públicas ou dispensas por outros motivos para a compra exclusiva de alimentos de agricultores familiares destinados à merenda escolar com recursos do PNAE no âmbito do PNAE conforme dispõe a Lei nº 11.947/2009.

Sobre o campo de estudo, a Paraíba ocupa uma área de 56.469,47 Km², sendo dividida em 4 mesorregiões geográficas: Mata, Agreste, Borborena e Sertão. Engloba 23 microrregiões e 223 municípios, em que se desenvolve uma atividade agropecuária caracterizada pela forte vulnerabilidade a estiagens que acontecem historicamente do semiárido brasileiro (IBGE, 2016).

Tipos de Agricultura	Estabelecimentos		Área Total (ha.)	
	Número	(%)	Número	(%)
Familiar	148.069	88,51	1.596.656	42,16
Não-Familiar	19.217	11,49	2.190.749	57,84
Total	167.286	100,00	3.787.405	100,00

Tabela 01 - Situação da agricultura familiar na Paraíba

Fonte: (IBGE/SIDRA, 2016)

Apesar de sua representatividade, em que os agricultores familiares representam em 2006, 88,51% das unidades de produção, os números em destaque mostram que tal categoria de agricultores destina apenas 42,16% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários paraibanos. Isso revela que ainda prevalece uma expressiva concentração de terra com estabelecimentos não familiares ou patronais (57,84%).

Na citada pesquisa, analisou-se as aquisições de gêneros alimentícios da agricultura familiar através de processos licitatórios disponibilizados no site do Tribunal de Contas do estado da Paraíba, através do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (SAGRES *on line*), que conforme TCE-PB permite a captura dos dados da execução orçamentária, licitações, obras e folha de pessoal dos jurisdicionados que devem enviar a prestação de contas públicas ao TCE, sendo para essa pesquisa utilizados apenas os valores em R\$ referentes às compras de alimentos dos agricultores familiares para atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PANE) entre os anos de 2011 e 2015.

Quanto aos dados dos repasses do FNDE no âmbito do PNAE foram coletados no Portal da Transparência da Controladoria Geral da União (CGU) que disponibiliza todas as liberações de recursos para os diferentes programas governamentais, nesse caso foram coletados os valores dos recursos repassados para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Por exemplo, no ano de 2011 o FNDE repassou a determinado município a quantia X_1 de recursos para serem aplicados no âmbito do PNAE, dessa quantia X_1 o art. nº 14 da Lei 11.947/2009 aponta que no mínimo 30% devem ser provenientes da agricultura familiar; assim foi feita toda a análise com os 17 municípios integrantes na amostra entre 2011 e 2015. Esses dados também estão disponíveis no portal do referido programa.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nas tabelas seguintes estão compiladas as informações referentes às liberações do FNDE no âmbito do PNAE e os valores dos respectivos processos licitatórios para aquisição dos gêneros alimentícios já discutidos anteriormente, com o uso de um cálculo simples para verificação do percentual mínimo de 30% conforme preceitua o

art. nº 14 da Lei nº 11.947/2009 nos anos de: 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 de 17 municípios de diferentes regiões de desenvolvimento do estado da Paraíba.

Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar ou Empreendedor Familiar Rural - Ano: 2011						
nº	Município	Liberações FNDE para PNAE(R\$) ¹	Aquisição da Agricultura Familiar (R\$) ²	Limite de 30% (Lei nº 11.947)	Limite cumprido em 2011 ³	
1	Aparecida	R\$ 75.240,00	R\$ -	0,00	Não especificou	
2	Belém	R\$ 147.900,00	R\$ -	0,00	Não especificou	
3	Bernardino Batista	R\$ 72.900,00	R\$ -	0,00	Não especificou	
4	Bonito de Santa Fé	R\$ 102.780,00	R\$ 23.540,00	22,90	Não	
5	Boqueirão	R\$ 92.070,00	R\$ -	0,00	Não especificou	
6	Cajazeiras	R\$ 499.020,00	R\$ -	0,00	Não especificou	
7	Diamante	R\$ 113.820,00	R\$ 16.640,00	14,62	Não	
8	Ibiara	R\$ 44.400,00	R\$ -	0,00	Não especificou	
9	Lagoa Seca	R\$ 273.360,00	R\$ -	0,00	Não especificou	
10	Santa Inês	R\$ 42.480,00	R\$ 7.272,00	17,12	Não	
11	São Domingos	R\$ 43.440,00	R\$ -	0,00	Não especificou	
12	São Francisco	R\$ 45.660,00	R\$ -	0,00	Não especificou	
13	S. João do Tigre	R\$ 63.120,00	R\$ 22.240,00	35,23	Sim	
14	Santa Luzia	R\$ 106.380,00	R\$ 180.000,00	169,20	Sim	
15	Serra Grande	R\$ 39.600,00	R\$ -	0,00	Não especificou	
16	Taperoá	R\$ 118.380,00	R\$ -	0,00	Não especificou	
17	Vieirópolis	R\$ 54.600,00	R\$ -	0,00	Não especificou	

¹Compreende todas as liberações para o PNAE em seus diferentes níveis (Pré-escola, creche, Ens. médio)
²Licitações que especificavam claramente aquisição da agricultura familiar para merenda escolar
³Para este artigo considera-se cumprida a meta quem atingiu exatamente os 30%, incluindo os décimos

Tabela 02 - Aquisição de alimentos por município em 2011

Fonte: Elaboração própria com dados da CGU/FNDE e TCE-PB

Conforme observado na tabela 01, em 2011 dos 17 municípios selecionados para esta pesquisa apenas 17,76% destinaram no mínimo 30% dos recursos repassados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Dados coletados do Sagres 17,65% dos municípios analisados aplicaram percentuais inferiores ao estabelecido na Lei em vigor e nos demais municípios, que compreendem 70,58% da amostra, não foi possível a identificação no Sagres de compras provenientes da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PANE).

Um destaque a ser feito é que o município de Santa Luzia adquiriu gêneros alimentícios da agricultura familiar muito além da meta estipulada, usou 100% dos recursos repassados do FNDE para o PNAE e mais 69,20% de outras fontes.

Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar ou Empreendedor Familiar Rural - Ano: 2012					
nº	Município	Liberações FNDE para PNAE(R\$) ¹	Aquisição da Agricultura Familiar (R\$) ²	Limite de 30% (Lei nº 11.947)	Limite cumprido em 2012 ³
1	Aparecida	R\$ 125.148,00	R\$ 33.377,75	26,67	Não
2	Belém	R\$ 183.108,00	R\$ -	0,00	Não especificou
3	Bernardino Batista	R\$ 100.500,00	R\$ 22.986,00	22,87	Não
4	Bonito de Santa Fé	R\$ 107.808,00	R\$ 22.350,00	20,73	Não
5	Boqueirão	R\$ 219.660,00	R\$ -	0,00	Não especificou
6	Cajazeiras	R\$ 627.408,00	R\$ -	0,00	Não especificou
7	Diamante	R\$ 120.270,00	R\$ 7.800,00	6,49	Não
8	Ibiara	R\$ 57.327,00	R\$ 33.470,50	58,39	Sim
9	Lagoa Seca	R\$ 305.880,00	R\$ -	0,00	Não especificou
10	Santa Inês	R\$ 45.000,00	R\$ -	0,00	Não especificou
11	São Domingos	R\$ 54.384,00	R\$ 9.760,00	17,95	Não
12	São Francisco	R\$ 52.704,00	R\$ 46.150,00	87,56	Sim
13	S. João do Tigre	R\$ 72.384,00	R\$ -	0,00	Não especificou
14	Santa Luzia	R\$ 140.808,00	R\$ 184.782,00	131,23	Sim
15	Serra Grande	R\$ 56.340,00	R\$ -	0,00	Não especificou
16	Taperoá	R\$ 130.356,00	R\$ -	0,00	Não especificou
17	Vieirópolis	R\$ 58.320,00	R\$ 40.447,00	69,35	Sim

¹Compreende todas as liberações para o PNAE em seus diferentes níveis (Pré-escola, creche, Ens. médio)

²Licitações que especificavam claramente aquisição da agricultura familiar para merenda escolar

³Para este artigo considera-se cumprida a meta quem atingiu exatamente os 30%, incluindo os décimos

Tabela 03 - Aquisição de alimentos por município em 2012

Fonte: Elaboração própria com dados da CGU/FNDE e TCE-PB

No que diz respeito ao ano de 2012, o cenário se alterou para a amostra analisada, mas não representou grandes mudanças em termos de aquisição da agricultura familiar. Para esse ano 23,53% dos municípios destinaram os recursos legais estipulados, isso representou um aumento de 5,77% em comparação a 2011.

Quanto aos municípios que aplicaram recursos, mas os mesmos foram inferiores a 30%, houve um pequeno aumento em relação ao ano de 2011 de 11,76% e também para esse ano houve aqueles municípios que não especificaram claramente em suas licitações a compra de gêneros alimentícios com recursos do FNDE no âmbito do PNAE. E mais uma vez o município de Santa Luzia se destaca com contratação além das metas mínimas, ou seja, usa 100% dos recursos direcionados ao PNAE e mais 31,23% de outras fontes não especificadas.

Para o ano de 2013 observa-se um cenário bem mais promissor em comparação aos anos passados, nesse caso 64,71% dos municípios analisados destinaram o mínimo legalmente aceito, isso representou um aumento de 41,17% em comparação a 2012.

Os municípios que não destinaram o percentual mínimo compreenderam 35,29% sendo esse percentual um pouco maior que no ano de 2012. Como o objetivo da pesquisa era analisar o cumprimento exato dos 30% (trinta por cento) houve alguns municípios que se aproximaram dos 30%, mas por questão de décimos não atingiram

a esse limite, por isso nesses casos a pesquisa não concedeu como atingido o percentual mínimo legal.

Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar ou Empreendedor Familiar Rural - Ano: 2013					
nº	Município	Liberações FNDE para PNAE(R\$) ¹	Aquisição da Agricultura Familiar (R\$) ²	Limite de 30% (Lei nº 11.947)	Limite cumprido em 2013 ³
1	Aparecida	R\$ 157.620,00	R\$ 50.767,50	32,21	Sim
2	Belém	R\$ 205.772,00	R\$ 89.857,50	43,67	Sim
3	Bernardino Batista	R\$ 125.864,00	R\$ 40.402,00	32,10	Sim
4	Bonito de Santa Fé	R\$ 126.560,00	R\$ 32.285,00	25,51	Não
5	Boqueirão	R\$ 270.504,00	R\$ 73.475,00	27,16	Não
6	Cajazeiras	R\$ 695.611,20	R\$ 204.300,00	29,37	Não
7	Diamante	R\$ 132.390,00	R\$ 8.915,00	6,73	Não
8	Ibiara	R\$ 81.152,00	R\$ 36.989,00	45,58	Sim
9	Lagoa Seca	R\$ 357.040,00	R\$ 326.292,50	91,39	Sim
10	Santa Inês	R\$ 37.792,00	R\$ 5.623,00	14,88	Não
11	São Domingos	R\$ 59.780,00	R\$ 32.380,00	54,17	Sim
12	São Francisco	R\$ 56.820,00	R\$ 90.575,00	159,41	Sim
13	S. João do Tigre	R\$ 69.040,00	R\$ 35.038,72	50,75	Sim
14	Santa Luzia	R\$ 176.280,00	R\$ 58.362,70	33,11	Sim
15	Serra Grande	R\$ 58.780,00	R\$ 10.403,60	17,70	Não
16	Taperoá	R\$ 139.940,00	R\$ 104.290,00	74,52	Sim
17	Vieirópolis	R\$ 74.640,00	R\$ 34.903,00	46,76	Sim

¹Compreende todas as liberações para o PNAE em seus diferentes níveis (Pré-escola, creche, Ens. médio)
²Licitações que especificavam claramente aquisição da agricultura familiar para merenda escolar
³Para este artigo considera-se cumprida a meta quem atingiu exatamente os 30%, incluindo os décimos

Tabela 04 - Aquisição de alimentos por município em 2013

Fonte: Elaboração própria com dados da CGU/FNDE e TCE-PB

Ainda no ano de 2013, observou-se que todos os municípios divulgaram com maior clareza as aquisições de gêneros da agricultura familiar, demonstrando, talvez, uma maior preocupação com e transparência pública de suas ações.

Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar ou Empreendedor Familiar Rural - Ano: 2014							
nº	Município	Liberações FNDE para PNAE(R\$) ¹		Aquisição da Agricultura Familiar (R\$) ²	Limite de 30% (Lei nº 11.947)	Limite cumprido em 2014 ³	
1	Aparecida	R\$	167.072,00	R\$	59.650,00	35,70	Sim
2	Belém	R\$	221.880,00	R\$	20.000,00	9,01	Não
3	Bernardino Batista	R\$	130.116,00	R\$	58.620,00	45,05	Sim
4	Bonito de Santa Fé	R\$	146.484,00	R\$	54.000,00	36,86	Sim
5	Boqueirão	R\$	271.024,00	R\$	132.960,00	49,06	Sim
6	Cajazeiras	R\$	758.300,00	R\$	275.789,00	36,37	Sim
7	Diamante	R\$	90.464,00	R\$	-	0,00	Não especificou
8	Ibiara	R\$	81.380,00	R\$	42.139,10	51,78	Sim
9	Lagoa Seca	R\$	589.743,00	R\$	172.842,50	29,31	Não
10	Lagoa Inês	R\$	55.436,00	R\$	-	0,00	Não especificou
11	São Domingos	R\$	69.280,00	R\$	62.250,00	89,85	Sim
12	São Francisco	R\$	62.262,00	R\$	71.591,99	114,99	Sim
13	S. João do Tigre	R\$	115.040,00	R\$	-	0,00	Não especificou
14	Santa Luzia	R\$	178.124,00	R\$	70.000,00	39,30	Sim
15	Serra Grande	R\$	48.240,00	R\$	30.149,00	62,50	Sim
16	Taperoá	R\$	181.120,00	R\$	143.106,00	79,01	Sim
17	Vieirópolis	R\$	93.840,00	R\$	79.938,00	85,19	Sim

¹Compreende todas as liberações para o PNAE em seus diferentes níveis (Pré-escola, creche, Ens. médio)
²Licitações que especificavam claramente aquisição da agricultura familiar para merenda escolar
³Para este artigo considera-se cumprida a meta quem atingiu exatamente os 30%, incluindo os décimos

Tabela 05 - Aquisição de alimentos por município em 2014

Fonte: Elaboração própria com dados da CGU/FNDE e TCE-PB

Quanto ao ano de 2014 observa-se um quadro bem mais atraente e promissor se comparado à série histórica anterior, aqui 70,58% dos municípios cumpriram o percentual, esse foi o maior dos percentuais observados. Mais uma vez houve um município que atingiu 29,31% da meta legal estabelecida, mas que para critérios dessa pesquisa considerou-se como meta não cumprida, não atingiu exatamente os trinta por cento (município de Lagoa Seca).

Quanto aos municípios que não cumpriram o percentual mínimo foram apenas dois, representando um percentual de 11,78% da amostra. Ocorrendo também, como em anos anteriores, municípios que fizeram aquisições da agricultura familiar ou do empreendedor familiar rural muito além do limite legal, como: São Francisco com 114,99%; Taperoá com 79,01% e Vieirópolis com 85,19%.

Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar ou do Empreendedor Familiar Rural - Ano: 2015					
nº.	Município	Liberações FNDE para PNAE(R\$) ¹	Aquisições da Agricultura Familiar (R\$) ²	Limite de 30% (Lei nº 11.947)	Limite cumprido em 2015 ³
1	Aparecida	R\$ 177.000,00	R\$ 67.836,00	38,33	Sim
2	Belém	R\$ 254.608,00	R\$ 91.418,50	35,91	Sim
3	Bernardino Batista	R\$ 173.388,00	R\$ 92.595,00	53,40	Sim
4	Bonito de Santa Fé	R\$ 155.260,00	R\$ 119.055,00	76,68	Sim
5	Boqueirão	R\$ 370.388,00	R\$ 107.975,00	29,15	Não
6	Cajazeiras	R\$ 797.972,00	R\$ 206.119,70	25,83	Não
7	Diamante	R\$ 156.580,00	R\$ 38.219,00	24,41	Não
8	Ibiara	R\$ 117.444,00	R\$ 37.900,00	32,27	Sim
9	Lagoa Seca	R\$ 597.976,00	R\$ 262.580,00	43,91	Sim
10	Santa Inês	R\$ 68.348,00	R\$ -	0,00	Não especificou
11	São Domingos	R\$ 86.904,00	R\$ 62.994,50	72,49	Sim
12	São Francisco	R\$ 90.560,00	R\$ 55.691,00	61,50	Sim
13	S. João do Tigre	R\$ 108.960,00	R\$ -	0,00	Não especificou
14	Santa Luzia	R\$ 208.888,00	R\$ -	0,00	Não especificou
15	Serra Grande	R\$ 70.960,00	R\$ 31.126,50	43,86	Sim
16	Taperoá	R\$ 153.132,00	R\$ 114.915,00	75,04	Sim
17	Vieirópolis	R\$ 118.940,00	R\$ 18.309,50	15,39	Não

¹Compreende todas as liberações do PNAE em diferentes níveis (Pré-escola, Creche, Ensino médio)
²Licitações que especificavam claramente aquisições da agricultura familiar para a merenda escolar.
³Para essa pesquisa considera-se cumprida a meta quem atingiu exatamente 30%, incluindo décimos.

Tabela 06 - Aquisição de alimentos por município em 2015

Fonte: Elaboração própria com dados da CGU/FNDE e TCE-PB

Para o ano de 2015 observa-se uma pequena retração em relação a 2014, mas melhor que em 2011 e 2012. Nesse caso 58,82% dos municípios analisados destinaram o mínimo legalmente aceito, isso representou uma diminuição de -11,76% em comparação a 2014. Os municípios que não destinaram o percentual mínimo compreenderam 23,53% sendo esse percentual um pouco maior que no ano de 2014.

Como o objetivo da pesquisa era analisar o cumprimento exato dos 30% (trinta por cento) houve alguns municípios que se aproximaram dos 30%, mas por questão de décimos não atingiram a esse limite, por isso nesses casos a pesquisa não concedeu como atingido o percentual mínimo legal, foram os casos de Boqueirão e Cajazeiras (29,15% e 25,83%, respectivamente).

Também para esse ano, observou-se que o município de Santa Luzia não apresentou licitações cujo objetivo era compra da agricultura familiar. Outros municípios como Bonito de Santa Fé, São Domingos de Pombal e Taperoá, destinaram mais de 70% dos valores repassados do FNDE para o PNAE.

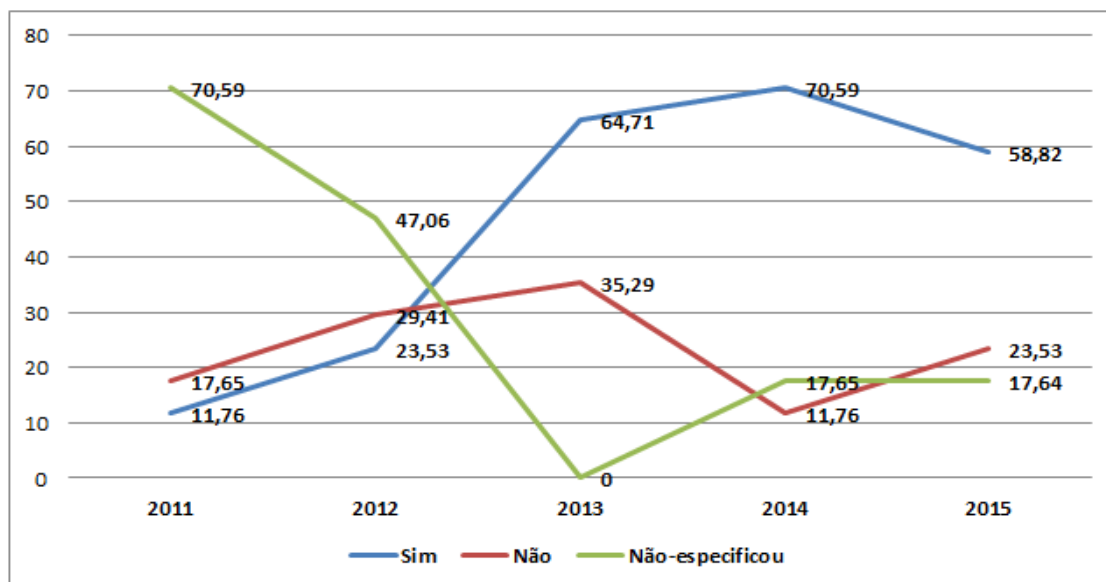


Gráfico 01 - Evolução anual do limite de 30% (art. nº 14 da Lei 11.947)

Fonte: Elaboração própria com dados da CGU/FNDE e TCE-PB

O gráfico 01 acima expõe de forma compilada como se deu o cumprimento do limite de trinta por cento, conforme preestabelece o art. nº 14 da Lei 11.947/2009. Assim, os três eixos representam o cumprimento do limite (Sim com a cor azul); o não cumprimento do limite (Não na cor vermelha) e nos casos onde houve omissão ou onde não se pode constatar o cumprimento ou não cumprimento do limite (Não especificou na cor verde).

Até o momento fica bastante evidente uma maior evolução na destinação de recursos do PNAE a produtos provindos da agricultura familiar e conseqüentemente maior cumprimento de metas. No entanto, apesar dessa tímida evolução, não se pode afirmar categoricamente uma mudança geral do quadro de aquisições de alimentos da agricultura familiar.

Provavelmente fatores como má gestão dos recursos públicos e falta de fiscalização mais eficaz por parte da sociedade e dos organismos competentes, juntamente com fatores como desinteresse e desinformação por parte dos agricultores parecem apontar como prováveis causas dessa fraca relação entre poder público e agricultura familiar, principalmente diante de um dos direitos mais básicos da população, acesso à alimentação saudável e produzida localmente.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal de 1988 incluiu muitas das demandas sociais a tempos reivindicadas pela sociedade, dentre elas um maior ganho de autonomia financeira para os municípios e também maior poder de decisão sobre determinados temas que afetavam diretamente a população rural, como a seguridade social, previdência rural e desenvolvimento agrário. Esses instrumentos atrelados a outros fatores de

ordem socioeconômica propiciaram maior participação social nos processos de regulamentação, planejamento e principalmente fiscalização das ações governamentais.

No ano de 2011 apenas 2 dos 17 municípios analisados cumpriram o limite mínimo estipulado, em 2012 há o aumento para 4 municípios, em 2013 observa-se 11 municípios e em 2014 um aumento um pouco maior, e em 2015 houve um pequeno decréscimo em que 10 dos 17 analisados efetuaram compras para o programa da agricultura familiar; mas apesar de um singelo aumento nas aquisições da agricultura familiar ou do empreendedor familiar rural, estima-se pelos cálculos feitos que apenas um pouco mais de 10% dos municípios paraibanos estão cumprindo efetivamente o art. nº 14 da Lei nº 11.947/2009; isso é preocupante se for levado em consideração que segundo a IBGE, mais de 70% dos municípios do estado está localizado na região semiárida com escolas que ainda são pouco estruturas e algumas localizadas em comunidades carentes e em muitos casos desassistidas pelo poder público.

Assim, a amostra analisada apresentou evidências de que um longo caminho ainda tem que ser percorrido até que a Lei nº 11.947/2009 seja efetivamente cumprida em sua totalidade, e isso requer que os gestores municipais tenham consciência de que sua efetiva aplicação representa não apenas o cumprimento de um dever legal, mas acima de tudo uma fonte geradora de renda que faz com que o agricultor familiar permaneça na terra e dela tire seu sustento, evitando-se assim o êxodo rural e a formação de núcleos de pobreza nos centros urbanos.

Constatou-se também que os mesmos problemas encontrados na operacionalização do programa no estado da Paraíba foram praticamente os mesmos observados em outros Estados. Nos trabalhos de Balem, Schneider e Fialho (2015) pode-se apontar que as dificuldades enfrentadas pelos agricultores brasileiros para acessar o PNAE tais como logística, organização da produção, embalagens, armazenamento, atendimento da demanda em termos de diversidade e quantidade e processamento, também estão no centro da discussão das estratégias necessárias para a viabilidade dos programas internacionais.

É de crucial importância a aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar provenientes da agricultura familiar, uma vez que permite aos alunos acesso a alimentos produzidos regionalmente de acordo com a sazonalidade das culturas, o que segundo Coordenação Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar – CGPAE/FNDE promove o desenvolvimento local sustentável, com aquisição de alimentos variados, seguros e que respeitam a cultura, as tradições e os hábitos alimentares das comunidades locais.

Recomenda-se, portanto, uma investigação mais profunda, com a aplicação de questionários padronizados e visitas *in loco* nas comunidades agrícolas atendidas pelo programa, buscando evidenciar se os mesmos obtiveram melhorias socioeconômicas em suas localidades e se realmente tais agricultores ou empreendedores se enquadram nos requisitos exigidos para o PRONAF.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. M. M. C. **Estrutura de Governança e Gestão das Redes e Programas de Segurança Alimentar: análise comparativa entre municípios paulistas**. Campinas: 2011.
- ANDRIOLI, A. I. (Org.). **Tecnologia e agricultura familiar: uma relação de educação**. Ijuí: Unijuí, 2009.
- BELIK, W. ; CHAIM, N. A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista Nutricional**, v. 22, n. 5, 2009.
- CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauab, 2003.
- GÓMEZ, M. J. R.; FAVARO, J. L. Uma leitura crítica do desenvolvimento territorial realmente existente: entre as condições de possibilidade e a implantação. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 122, n. 4, 2012.
- GUANZIROLI, Carlos Enrique; SABBATO, Alberto di; VIDAL, Maria de Fátima. **Agricultura familiar no Nordeste: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.
- GUILHOTO, J. J. M.; AZZONI, C. R.; ICHIHARA, S. M. **A participação da agricultura familiar no PIB do Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.
- HERRMANN, Isadora. Licitações Públicas em Alimentos (Cap. 16). In: ZYLBERSTAJN, Decio. NEVES, Marcos Fava (Org.) **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000.
- MATTEI, L. CAZELLA, A. **A. Planejamento e gestão do PRONAF Infra-estrutura e Serviços: evidências a partir do Estado de Santa Catarina**. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.) **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 1ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- OLIVEIRA, L. G. de; BATALHA, M. O.; PETTAN, K. B. Avaliação comparativa dos impactos do programa de aquisição de alimentos e do programa nacional de alimentação escolar em Ubá, Minas Gerais, Brasil. **Revista Ciência Rural**, v. 47, n.1, 2016.
- ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. 1ª ed. Uberlândia: EDUFU, 2008.
- PAIVA, J. B. de. **Hábitos alimentares regionais no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar em um município do sertão baiano: uma abordagem qualitativa**. 133 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- SARON, F. DE A.; HESPANHOL, A. N. PRONAF e as políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **Revista Geo UERJ**, n. 23, v. 2, 2012.
- SOUSA, C. S. dos. **Introdução à gestão pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluralidade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Universidade-UFRGS, 2004.
- SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Org.) **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. 2ª ed. Recife: Universitária da UFPE, 2010.

TAVARES, Edson Diogo. **Da agricultura moderna à agroecológica: análise da sustentabilidade de sistemas agrícolas familiares**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil: Embrapa, 2009.

TONNEAU, J. P; SABOURIN, E. (Orgs.). **Agricultura Familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos**. 1^a. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

VELOSO, F. A. MONASTERIO, L. M. VIEIRA, R. da Silva. MIRANDA, R. Boueri (Org.) **Gestão Municipal no Brasil-um retrato das prefeituras**. Brasília: Ipea, 2011.

SOBRE A ORGANIZADORA

Jaqueline Fonseca Rodrigues – Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGEP/UTFPR; Especialista em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGEP/UTFPR; Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG; Professora Universitária em Cursos de Graduação e Pós-Graduação, atuando na área há 15 anos; Professora Formadora de Cursos de Administração e Gestão Pública na Graduação e Pós-Graduação na modalidade EAD; Professora-autora do livro “Planejamento e Gestão Estratégica” - IFPR - e-tec – 2013 e do livro “Gestão de Cadeias de Valor (SCM)” - IFPR - e-tec – 2017; Organizadora do Livro “Elementos da Economia - 1” – e “Conhecimento na Regulação no Brasil” - Editora Atena – 2018 e 2019 e Perita Judicial na Justiça Estadual na cidade de Ponta Grossa – Pr.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-319-4

